

Direitos Sexuais e Reprodutivos

Como o tema é tratado pela política e a justiça do Brasil

Seminário busca influir na pauta do Governo

Nas últimas semanas, o Brasil vem acompanhando o processo contra o médico Roger Abdelmassih, acusado de mais de 50 estupros contra pacientes da sua clínica de reprodução. As histórias contadas pelas mulheres que afirmam ter sofrido abuso sexual são chocantes e muitas só foram denunciadas agora, anos depois do ocorrido. A demora se justifica pelo medo e a humilhação pelos quais essas mulheres passaram, abaladas pela violência sofrida e talvez desamparadas por uma sociedade ainda machista, de leis caducas, ineficientes na realidade contemporânea, e um sistema judiciário ainda fraco na defesa das causas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. É pertinente questionar como essas causas são tratadas pela justiça brasileira e como os direitos sexuais e reprodutivos entram na pauta do Governo e, ainda, como são tratados e como repercutem na opinião pública, que, apesar de se chocar com casos como o de Abdelmassih, carece de debate amplo e qualificado.

Alguns avanços foram feitos, timidamente, é verdade, e já se discute em Brasília a possibilidade de interrupção da gestação em casos de anencefalia sem mais necessitar de autorização judicial, por exemplo, e a legislação sobre crimes sexuais está sendo revista, visando punições mais severas para casos de estupro e pedofilia. Por outro lado, a lei Maria da Penha, referência internacional, completou três anos sob ameaça, ainda com problemas no seu cumprimento, e as histórias de violência sexual contra mulheres se repetem. Em 2009, os inúmeros casos de desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos – os crimes de abuso sexual contra menores, contra mulheres, além da homofobia – parecem não ter sido suficientes para que o assunto entrasse de vez da agenda do governo, que deveria enxergar e tratar a questão com prioridade, entendendo que se está falando de saúde pública e direitos humanos. Além disso, a discussão de um assunto que diz respeito a toda a população ainda fica restrita às organizações e grupos de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, enquanto o debate deveria se ampliar a vários outros segmentos da sociedade.

Nesta quarta e quinta-feira, dias 9 e 10, o seminário “Direitos reprodutivos e o sistema judiciário brasileiro”, promovido pela CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução, pretende rever como o tratamento aos direitos sexuais e reprodutivos vem sendo dado pelos tribunais do país e pelo Governo, discutindo e apontando caminhos e estratégias para influir na agenda nacional. Uma das idéias centrais é refletir sobre impasses que o campo enfrenta no cenário jurídico – vide normativas nacionais, e assegurar o diálogo com diversos setores da sociedade. No segundo e último dia do evento, o lançamento da campanha *As mulheres devem ter direito de decidir pela interrupção da gravidez em caso de anencefalia* marca o tom da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos hoje no Brasil, em nome da saúde da mulher e dos direitos humanos e que deve estar em consonância com as políticas dos países mais desenvolvidos.